Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul

GAB. CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO

DECISÃO SINGULAR DSG - G.MJMS - 6538/2016

PROCESSO TC/MS	**:** TC/9812/2015
PROTOCOLO	**:** 1599498
ÓRGÃO	**:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORUMBÁ
ORDENADOR DE DESPESAS	**:** DINACI VIEIRA MARQUES RANZI
CARGO DO ORDENADOR	**:** SECRETÁRIA
ASSUNTO DO PROCESSO	**:** CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 037/2015
PROCED. LICITATÓRIO	**:** PREGÃO PRESENCIAL N° 023/2014
CONTRATADA	**:** COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA.
OBJETO	**:** AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS.
VALOR INICIAL	**:** R$ 58.621,50
RELATORA	**:** CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO

FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO. 2ª FASE. CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. REGULAR.

Cuida-se de Contratação Pública nº 037/2015, pela modalidade Pregão Presencial nº 023/2014, celebrada entre a ***Secretaria Municipal de Saúde de Corumbá/MS*** e a empresa ***Comercial Cirúrgica Rioclarense LTDA.***, cujo objeto é a aquisição de medicamentos, com valor contratual no montante de R$ 58.621,50 (cinquenta e oito mil seiscentos e vinte e um reais e cinquenta centavos).

Aprecia-se, neste momento, a formalização do Contrato nº 037/2015 (2ª fase).

Em sede de Análise – ANA-6ICE - 11526/2015 (peça n° 11), a Equipe Técnica da 6ª Inspetoria de Controle Externo constatou que a documentação juntada aos autos encontra-se em conformidade como os Estatutos Legais que regem a matéria, em especial a Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos nº 8.666/93, assim, opinando pela legalidade e regularidade da 2ª fase.

Encaminhados os Autos ao Ministério Público de Contas, este emitiu o Parecer PAR-MPC-GAB.4 DR.JOAOMJR/SUBSTITUTO - 6774/2016 (peça n° 13), opinando pela legalidade e regularidade da formalização do Contrato, por estar em conformidade com a legislação pertinente.

Vieram os autos a esta Relatoria, para decisão.

É O RELATÓRIO.

Extrai-se dos autos que tanto o Corpo Técnico quanto o representante do *"parquet"* de Contas foram unânimes em reconhecer a regularidade da 2ª fase da contratação pública.

De fato, no tocante a formalização do Contrato nº 037/2015 (2ª fase), vislumbro que os documentos encaminhados a esta Corte de Contas demonstram que a contratação pública encontra-se em conformidade com a legislação de regência, em especial a Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Mediante o exposto, no exercício do juízo singular conferido pelo artigo 10, IV, do Regimento Interno do Tribunal de Contas/MS, e acompanhando o entendimento da Equipe Técnica da 6ª Inspetoria de Controle Externo e do Ministério Público de Contas, **DECIDO** no sentido de:

1) Declarar a ***regularidade*** da formalização do Contrato Administrativo nº 037/2015 **(2ª fase)**, nos termos do art. 120, inciso II, da Resolução Normativa nº 76, de 11/12/2013 (Regimento Interno do TC/MS) c/c artigo 59, I, da Lei Complementar nº 160/12;

2) Comunicar o resultado do julgamento às autoridades administrativas competentes, com base no artigo 50 da Lei Complementar nº 160/2012.

É a Decisão.

Nos termos do artigo 70, §2º, do Regimento Interno, **determino** a remessa destes autos ao Cartório para providências regimentais.

Campo Grande/MS, 11 de agosto de 2016.

Conselheira Marisa Serrano
RELATORA

imc